

**Presentes ibéricos e “goeses” para ‘Abbas I:
A produção e consumo de arte e os presentes oferecidos
ao Xá da Pérsia por D. García de Silva y Figueroa e
D. frei Aleixo de Meneses**

CARLA ALFERES PINTO *

Em Setembro de 1602 o padre agostinho frei Jerónimo da Cruz entregou ao Xá da Pérsia ‘Abbas I (1588–1629) uma carta de D. Filipe III (1578–1621), soberano da coroa portuguesa que lhe enviava nessa condição a embaixada liderada pelo religioso. Segundo frei António Gouveia (1575–1628), que integrava a comitiva agostinha e escreveu o relato dos eventos, Jerónimo, ciente dos seus deveres, fez saber ao governante persa que aquele “era o melhor sagoate que lhe leuauamos” ao que o soberano retorquira que “estimaua mais aquella carta que hum grande thesouro”.¹

A narrativa, com maior ou menor ênfase retórico, relatará os acontecimentos. Mas a realidade era bem mais complexa do que esta aparente modéstia deixava perceber. As embaixadas diplomáticas, o seu cerimonial e o presente que traziam eram cuidadosamente estudados e apreciados (ou não) pela corte safávida.

Ainda que a prática de troca de presentes diplomáticos seja ancestral e, ao contrário do que acontece nos nossos dias em que estes têm um valor simbólico (que não é dizer o mesmo que importância simbólica), os presentes trocados nos séculos XVI e XVII eram verdadeiros bens de luxo. Concentravam em si significativo valor económico e cerimonial. Tanto mais considerável e constatável quanto o destinatário era um soberano do qual se pretendia algum favor ou aliança política.

E na corte safávida, como de um modo geral em todo o Médio Oriente e Ásia, este aspecto era particularmente relevante já que os presentes trocados entre dignitários ou oferecidos a cortes distantes (ou próximas) significavam realmente muito.² E se é

* Centro de História de Além-Mar, Lisboa; Bolseira da Fundação para a Ciência e Tecnologia.

¹ Frei António Gouveia, *Relaçam em que se tratam as guerras e grandes victorias que alcançou o grãde rey da Persia Xá Abbas do grão turco Mahometto* (Lisboa, 1611), f. 46v.

² Sobre este assunto ver Amin Jaffer, “Diplomatic Encounters: Europe and South Asia”, in Anna

verdade que a curiosidade, conhecimento e capacidade dos senhores, laicos ou eclesiásticos, podiam influenciar a escolha de presentes, é igualmente certo que os mesmos não podiam ser deixados ao acaso. Deles dependia muitas vezes o apreço por uma delegação e a atenção que se dava ao assunto da mesma, eles asseguravam a reciprocidade e potenciavam o respeito que se tinha por um ou outro rei, xá, rajá ou czar, além de servirem de admiráveis provas da riqueza, da grandiosidade, da mestria artesanal e plástica de cada corte e do bom gosto dos soberanos.

Não foi por acaso que décadas mais tarde François Bernier (1620-1688), um médico francês instalado na corte mogol, pretendeu avisar com as seguintes palavras o seu compatriota e fundador da *Compagnie des Indes Orientales*, Jean-Baptiste Colbert (1619-1683): “Senhor, na Ásia, os grandes nunca são abordados de mãos vazias”.³

As palavras de Bernier não chegaram a tempo de evitar o desastre uma vez que a missão à Índia partira antes de escutado este conselho. Como resultado, a delegação da *Compagnie* à corte de Aurangzeb (r. 1658-1707) foi tratada sem qualquer dignidade e embora tivesse permanecido no país por vários meses não conseguiu assegurar uma audiência que fosse.

Os Portugueses haviam aprendido a sua lição logo em 1498 aquando da humilhante presença de Vasco da Gama frente ao samorim de Calecute. Sabiam que com qualquer delegação de diplomatas, comerciantes, religiosos ou simples aventureiros, devia seguir um presente. E se possível um presente que pudesse agradar ao seu destinatário, e evitando assim cometer erro semelhante, por exemplo, aos Ingleses que em 1621 haviam presenteado ‘Abbas com um coche que foi sumariamente desprezado pelo soberano. Na narrativa de frei Vicente de S. Francisco, Visitador-Geral dos Carmelitas na Pérsia, o Xá começara por não saber que fazer com ele, depois, apesar de ter forçado os ingleses que o traziam a demonstrar o seu uso, por achá-lo despropositado, já que toda a sua corte e ele próprio se deslocavam muito bem a cavalo.⁴

Considerando então que o presente tinha uma importância crucial para alcançar uma missão diplomática bem sucedida, qual era a relevância dos objectos que o constituíam? Neste texto procuro contribuir para a resposta a esta pergunta, designadamente, através de uma reconstituição do presente que foi oferecido ao Xá ‘Abbas I pelo embaixador de D. Filipe III, D. García de Silva y Figueroa (1550-1624), a partir da

Jackson & Amin Jaffer (eds.), *Encounters: The Meeting of Asia and Europe, 1500-1800* (Londres, 2004), pp. 74-87.

³ Citado por Jaffer, “Diplomatic Encounters”, p. 76. Tradução minha da frase em inglês incluída no texto de Amin Jaffer.

⁴ *A Chronicle of the Carmelites in Persia and the Papal Mission of the XVIIth and XVIIIth centuries* (2 vols., Londres, 1939), vol. I, p. 255.

leitura das diferentes fontes portuguesas e espanholas que o descrevem. Ao fazê-lo, pretendo aferir a proveniência geográfico-cultural dessas peças e o que elas no conjunto nos podem dizer sobre as razões e motivações da escolha. Ou seja, procurarei levantar algumas questões em torno das razões para a escolha de determinados objectos: se havia uma preocupação em agradar especificamente àquele presenteado ou se o que presidia à escolha dos objectos era uma assunção idiossincrásica dos gostos e necessidades áulicas; se havia condicionantes regionais e nacionais na escolha dos objectos; se os presentes oferecidos têm um valor absoluto ou se esse é o resultado das conjunturas económicas, sociais e culturais do seu tempo.

Para tal, recorrerei a duas situações específicas: a da embaixada já referida, que teve lugar entre 1615 e 1624 e a das embaixadas personalizadas por D. frei Aleixo de Meneses (1559-1617), que teve participação directa na escolha quer dos interlocutores quer dos presentes das embaixadas à Pérsia encabeçadas pelos Agostinhos nos anos de 1602, 1604 e 1608. Por mera organização cronológica, referir-nos-emos primeiro às missões agostinhas e depois à embaixada de D. García.

Para além da proximidade temporal das embaixadas providenciadas por um e outro, as vidas de D. frei Aleixo e D. García Figueroa têm alguns traços em comum. Nascidos com diferença de nove anos, serviram o mesmo monarca, tinham fortes relações pessoais e de proximidade com a corte, desempenharam funções de Estado relevantes no aparelho da monarquia ibérica durante a vida, e, ainda, deixaram ambos abundante documentação, diarista e epistolar, com informações preciosas para a compreensão das suas experiências de vida.

Os Agostinhos e a Pérsia

Em 1631 o vice-rei Conde de Linhares, nomeava como responsável pelo arquivo de Goa António Bocarro (1594-1642/3). Nascido em Lisboa ou Abrantes e educado no Colégio de Santo Antão, Bocarro era um cristão-novo convertido ao Judaísmo e por fim reconvertido ao Cristianismo em Cochim, depois de 1616, altura em que chegara à cidade malabar. A confissão e denúncia de familiares e amigos residentes em Cochim valeu-lhe os favores do poder em Goa (para onde partiu em 1624) e o serviço à coroa portuguesa. Entre eles, a escrita do volume 13.º das *Décadas da Ásia*, começadas por João de Barros. Abrangendo os anos de 1612 a 1617, coube-lhe portanto relatar posteriormente a chegada de D. García de Silva y Figueroa à barra do Mandovi em Novembro de 1614 a caminho da Pérsia.

Este relato, sobejamente conhecido, é interessante por mostrar a perspectiva portuguesa (ou pelo menos, dos interesses portugueses presentes em Goa) dos acontecimentos e que são, em muitos casos, diametralmente opostos às percepções e objectivos argumentados pelo nobre castelhano nos seus *Comentarios*. As palavras de

Bocarro são também muito interessantes por colocarem a embaixada de D. García a um nível diplomático e cerimonial diferente do que era hábito.

Segundo as *Décadas*, fora na sequência das embaixadas que o Xá enviava à corte em Madrid, da presença de um diplomata persa naquela, das conversas em torno do comércio da seda e dos interesses político-militares que se jogavam na Europa, que o soberano persa pedira a D. Filipe III “que para conservação da amizade que ambos os reis tinham, e sua Magestade mostrar a conta que d’elle fazia, lhe mandasse um embaixador, pessoa grande de sua côrte, e que elle lhe faria tambem o mesmo, por lhe não parecer licito que similhante tracto e liança se fizesse por meio de frades [...]”.⁵

Na prática, o que ‘Abbas propunha ao monarca ibérico era que este fizesse deslocar à corte safávida um nobre de estirpe que pudesse conferir a tão notável empresa a dignidade e solenidade exigidas, tal como era praticada na sua corte, quando em negociações com outros estados soberanos. No fim de contas, o Xá queria colocar a esfera do domínio político-diplomático no plano temporal, servido pelo cerimonial e as precedências inerentes aos cargos de cada um. A religião, os seus representantes e o interesse que o Xá tinha pelo conhecimento do Cristianismo, eram remetidos para um segundo plano, para uma urgência secundarizada face às necessidades do seu reino.

Esta constatação, a que o rei ibérico anuiu, não terá sido facilmente aceite pela Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho que contribuíram certamente para o clima de mal-estar que se vivia em Goa aquando do desembarque do embaixador de D. Filipe III.

Quando D. García aportou ao Mandovi, havia alguns anos que o agostinho D. frei Aleixo deixara a cidade e o seu rio. Todavia, a memória do prelado ainda perdurava e, sobretudo, a sua Ordem não via com bons olhos a cedência do seu múnus religioso (e diplomático). Para percebermos este “direito” que a Ordem reclamava, há que recuar às primeiras relações estabelecidas entre as coroas Portuguesa e Safávida e, particularmente, à acção do arcebispo de Goa, D. frei Aleixo de Meneses.⁶

Nascido com o nome de Pedro em 25 de Janeiro de 1559 em Lisboa, era filho de D. Aleixo de Meneses (c. 1500–1569), que fora homem ligado à expansão do império marítimo e à corte, nomeadamente, enquanto mordomo-mor das rainhas D. Maria

⁵ António Bocarro, *Década 13 da Historia da India*, ed. Rodrigo José de Lima Felner (2 vols., Lisboa, 1876), vol. I, cap. LXXXIV, pp. 369-370.

⁶ Ver Carla Alferes Pinto, “Notas para o estudo do mecenato de D. Frei Aleixo de Meneses: os recolhimentos da Misericórdia em Goa”, *Anais de História de Além-Mar*, 7 (2006), pp. 279-309.

e D. Catarina e ao de D. Sebastião. Órfão com apenas 10 anos, procurou na figura tutelar do tio, D. frei Agostinho de Castro, um guia espiritual e pessoal, tendo optado por tomar o hábito dos Eremitas Descalços com quinze anos, em 24 de Fevereiro de 1574, no Convento da Graça em Lisboa. Professou no mesmo convento em 27 de Fevereiro de 1575, já com dezasseis anos cumpridos, tomando o nome próprio do pai e o nome de vocação do tio (Jesus), passando a ser conhecido por frei Aleixo de Jesus ou de Meneses.

Após uma carreira fulgurante na hierarquia agostinha em Portugal – foi prior dos conventos de Torres Vedras, entre 1588 e 1590; de Santarém, entre 1590 e 1592; e de Lisboa entre 1592 e 1594 – foi chamado à corte em Madrid para ser nomeado arcebispo de Goa, onde chegou em finais de Setembro de 1595, e à sua nova função de arcebispo e frade agostinho.

Entre as suas preocupações encontrava-se a necessidade de engrandecer a Ordem e promover a expansão missionária da mesma por terras do Estado da Índia ou suas vizinhas. D. frei Aleixo encetou, assim, um dos mais ambiciosos programas construtivos a que a cidade de Goa assistiu. Escolheu o Monte Santo, que ocupava uma vasta colina no lado poente da cidade, e onde se situava já o Convento da Graça – fundado em 1572 e que o arcebispo nobilitou –, mandando erguer o Colégio de Nossa Senhora do Pópulo, fundado em 1602, e o Mosteiro de Santa Mónica, fundado em 1606. Entretanto, fazia Visitações às terras espalhadas pelo Índico e autorizava a fundação de conventos agostinhos ou beneficiava os que já existiam. A Pérsia surgiu, portanto, no seu caminho.

As embaixadas artísticas dos agostinhos à Pérsia

Em 1601 chegou nas naus vindas de Lisboa uma carta dirigida pelo rei ao Xá da Pérsia. D. frei Aleixo viu nela um instrumento da sua ambição e uma oportunidade de retomar os contactos na corte safávida, já antes encetados pela Ordem.⁷ Convenceu por isso o vice-rei Aires de Saldanha a enviar frades agostinhos como portadores da carta “asim porque esta comquista era nossa como tambem pella comodidade do convento que em Ormuz temos”.⁸

⁷ Sobre a história da presença de frades agostinhos na Pérsia ver Roberto Gulbenkian, *L’Ambassade en Perse de Luis Pereira de Lacerda et des Pères Portugais de l’Ordre de Saint-Augustin, Belchior dos Anjos et Guilherme de Santo Agostinho, 1604-1605* (Lisboa, 1972), pp. 21-40.

⁸ Nas palavras do frade Félix de Jesus na sua *Primeira Parte da Chronica e Relação* (1606) publicada em Arnulf Hartmann, O.S.A., “The Augustinians in Golden Goa: A Manuscript by Félix of Jesus, O.S.A.”, *Analecta Augustiniana*, 30 (1967), pp. 12-147 (p. 83). Data do reinado de D. João III, em 1542, o primeiro pedido ao Provincial dos agostinhos de frades para enviar para a Índia, ainda que o mesmo se cumprisse apenas no início da década de 70 do mesmo sé-

A ideia de “repartir as conquistas” feitas sob a égide da coroa portuguesa para a evangelização pelas diferentes ordens religiosas era comumente aceite e era defendida, sempre que possível, junto das mais altas instâncias do poder. Os Agostinhos esforçavam-se por reforçar o seu “direito” pela Pérsia e, já a caminho da Europa, por terra e para noroeste, pela Arménia e Geórgia. Veja-se a este propósito as palavras de António de Gouveia, escritas apenas três anos depois das de Félix de Jesus: “Cousa notoria he a toda India, & ainda a muytas pessoas de Portugal, que repartidas as conquistas, espirituas do Oriente por todas as Relegiões (que he a herança que somente no mundo se deue desejar) coube a esta de nosso glorioso Padre sancto Agostinho a da Persia como mais difficultosa”.⁹

O interesse diplomático e financeiro da missão promovida pela missiva real de 1601 era partilhado por outras ordens, nomeadamente, a Companhia de Jesus que se havia insinuado em Roma com o objectivo de obter o papel de intermediários na corte safávida. D. frei Aleixo de Meneses fora peremptório: “Mas eu ordenei, que se desse a empreza e a embaixada á Ordem”,¹⁰ escolhendo os frades Jerónimo da Cruz (letrado e já com mais de 60 anos de idade), Cristóvão do Espírito Santo, o Castelhana (“Religioso a quem o desejo do martirio trouxe a India”), e frei António de Gouveia, “Religioso virtuoso, e adotado de muitas partes o qual acabara de ler hum curso dantes, e era actualmente Lente de Theologia no nosso comvento de Goa”,¹¹ uma vez

culo. No reinado de D. Sebastião chegaram a Goa, no dia 3 de Setembro de 1572, os primeiros agostinhos; a intenção seria servirem em Ormuz onde o clima inclemente havia deixado já de lado jesuítas e dominicanos. Cerca de trinta anos depois, em 1605, a ordem enviou o frade Félix de Jesus para a Índia com a incumbência de escrever uma história dos agostinhos e dos seus sucessos. Não será por acaso que os agostinhos, e em particular o poderoso arcebispo de Braga, D. frei Agostinho de Castro, tio e protector de D. frei Aleixo de Meneses, escolheram este momento para tão consagrada tarefa. D. frei Agostinho incumbiu Félix de Jesus de relatar a história da Ordem num momento em que a cadeira arcebispal de Goa era ocupada por Aleixo. Recuando aos difíceis primórdios da Ordem no Índico, a intenção era a de glorificar a figura do sobrinho, de acentuar o percurso progressivo da congregação e de alargar a sua influência no imenso território que constituía o Estado da Índia. O frade cumpre a sua tarefa com zelo e em menos de um ano – 15 de Janeiro de 1606 – apresentou ao seu patrono o texto final. O cronista teve a tarefa facilitada já que o arguto D. frei Aleixo de Meneses tinha na sua posse uma série de relatos escritos por dois correligionários, frei António de Gouveia e frei Belchior dos Anjos, que haviam feito embaixadas à Pérsia.

⁹ Gouveia, *Relaçam*, f. 1.

¹⁰ Carta datada de 23 de Dezembro de 1602. Bernardino José de Senna Freitas, *Memorias de Braga contendo muitos e interessantes escriptos extrahidos e recopilados de diferentes archivos assim de obras raras, como de manuscriptos ainda ineditos e descripção de pedras inscripçionaes* (5 vols., Braga, 1890), vol. III, p. 59. Ver, também, a “Dedicatória” escrita por António Gouveia em Goa em 18 de Abril de 1609 in Gouveia, *Relaçam*, sem página: “[...] esta relação da nossa jornada a Persia, [...] que não tem V. S. [D. frei Aleixo de Meneses] nella pequena parte (como quem nos mandou, & animou a fazella, não mostrando pouca enueja de a não poder fazer, como qualquer de nos)”.

¹¹ Hartmann, “The Augustinians in Golden Goa”, p. 84.

que se tratava também de graves assuntos de Estado. Esta acção foi concertada com o tio, D. frei Agostinho de Jesus, que recebia em Braga notícias da corte e dos movimentos que os Jesuítas faziam para que fossem eles os enviados à Pérsia.¹²

Em missiva de 23 de Dezembro de 1602,¹³ escrita a D. frei Agostinho de Jesus em Braga, Meneses relatava-lhe uma série de acontecimentos bélicos e políticos, dando a saber ao tio que, ao contrário do que até então acontecia, parecia que o Xá alterava a sua relação de poder com os Portugueses, fazendo guerra em Ormuz, tomando Barém e sitiando Comorão. Estas novidades, que o arcebispo atribuiu a intrigas inglesas, revelavam a chegada de novas potências europeias rivais dos Portugueses e as novas opções na corte safávida.

O embuste e a intriga, bem como um complexo jogo de bastidores diplomáticos nem sempre dentro dos canais oficiais, faziam parte deste quotidiano. A distância e as dificuldades de comunicação e de entendimento¹⁴ não poucas vezes induziram os mais avisados protagonistas em erro. A esta realidade de difícil gestão, acrescia ainda a questão das línguas e da interpretação das mesmas; os religiosos, nomeadamente os que trabalhavam para o Padroado, serviram muitas vezes de intérpretes das línguas europeias e não raras vezes usaram esse poder para transmitir o que queriam (e o que interessava à sua ordem e/ou à coroa portuguesa) e não o que os seus interlocutores pretendiam de facto.

Alimentando a ideia de que só através de conspiração poderia ‘Abbas ter alterado tão significativamente a sua relação com os Portugueses – afinal, D. frei Aleixo acreditava que este era um rei que trazia “consigo um crucifixo”, “folgava com imagens” e se afeiçoara sobremaneira ao frade Simão de Moraes (ou da Conceição) que em 1582, sob ordens de D. Filipe II, fora nomeado pelo vice-rei D. Francisco Mascarenhas prior dos Agostinhos em Ormuz e portador das cartas do rei ao Xá¹⁵ –, mantinha-se igualmente a convicção de este estar casado com uma cristã, a quem o arcebispo de Goa enviava “todas as peças boas, que ac[hou] de retábulos”.¹⁶ Mais um

¹² Veja-se a este propósito Carlos Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617), Arzobispo de Goa (1595-1612): Estudio biográfico* (Valladolid, 1992), pp. 183-185.

¹³ Freitas, *Memorias de Braga*, vol. III, p. 55.

¹⁴ Veja-se, por exemplo, o contentamento dos padres quando ‘Abbas pede para ir à igreja com o intuito de ouvir missa, que “o frade Jerónimo lha disse cantada” (Gouveia, *Relaçam*, f. 68v), e que os primeiros lêem como sinal de que penetrava no coração do muçulmano a luz da “verdadeira religião” e o segundo escuta, provavelmente, pelo mero prazer da estranha sonoridade e efeito acústico que a igreja propiciaria. O Safávida tinha, aliás, o costume de assistir a outras missas, por exemplo, nas igrejas arménias. É notória, ao longo do extenso relato que Gouveia condensa na sua *Relação*, a manifesta incompreensão dos frades face à curiosidade intelectual e às acções do Xá e a dificuldade que o mesmo tem em perceber que as suas acções eram entendidas como provas de possível conversão.

¹⁵ Gulbenkian, *L’Ambassade en Perse de Luis Pereira de Lacerda*, p. 29.

¹⁶ Freitas, *Memorias de Braga*, vol. III, p. 60.

presente diplomático que pretendia obter os favores (e reforçar a crença na verdadeira religião) da suposta rainha cristã. Em Dezembro de 1602 já frei António Gouveia sabia que estas certezas, que D. frei Aleixo partilhava com o tio, não eram verdadeiras.¹⁷ Mas, como este último escrevia para Braga, “não havia nova alguma d’elles”.¹⁸

Continuando o raciocínio exposto na carta, Aleixo confessa que desejava “achar” pessoas que fossem ao rei naquela conjuntura, pessoas que fossem da mais estrita confiança e que pudessem corresponder aos anseios do Xá que, tendo recebido tão bem “um Fr. Nicolau de Mello”,¹⁹ receberia certamente outros que se lhe apresentassem com o mesmo hábito agostinho, uma vez que “pedira religiosos nossos, para ter consigo.” A acrescentar havia ainda o confesso interesse pelas rendas cortadas à feitoria de Ormuz pela guerra que o Xá lhe fazia, de grande importância para a Coroa e das quais auferiam também os agostinhos da fortaleza.²⁰

1602

A missão à corte persa partiu da barra do Mandovi no dia 15 de Fevereiro de 1602. Avistou terra a 30, em pleno e rigoroso Inverno nevado. Desembarcados os três membros da comitiva, seguem para a fortaleza de Mascate onde chegaram a 20 de Março e permaneceram por três dias. Seguiram para a árida e desolada Ormuz, onde a estada se revelou ainda mais difícil, uma vez que a ilha estava sitiada e se vivia um clima de tensão entre as tropas do Xá e as forças portuguesas aí estacionadas. Não obstante, a comitiva só partiu a 16 de Maio, desta vez directamente ao encontro de ‘Abbas.

Passaram por Lara e chegaram a Xiraz a 15 de Junho. A cidade impressionou o frade que usou extensas linhas da sua *Relaçam* para descrever as frondosas avenidas, os jardins perfumados e viçosos, a diferente arquitectura esplendidamente revestida de luzidios e coloridos azulejos, a riqueza e abundância da antiga metrópole. A comitiva passou ainda pelos arredores de Iesda (Yazd) onde a grandiosidade dos monumentos religiosos impressionou sobremaneira Gouveia.

¹⁷ Sobre este assunto ver as explicações do frade em Gouveia, *Relaçam*, ff. 56 e 56v.

¹⁸ Freitas, *Memorias de Braga*, vol. III, p. 60.

¹⁹ Freitas, *Memorias de Braga*, vol. III, p. 57.

²⁰ Freitas, *Memorias de Braga*, vol. III, p. 58. Esta questão é de novo lembrada na carta de 20 de Dezembro de 1603 que D. frei Aleixo escreve ao tio: “E se hoje correm cafilas; e não está acabada a alfandega, nem tudo está ardendo em guerra: deve-o este Estado, e El-rei, aos nossos Padres, de que escrevi o anno passado a V. S.^a, que foram por embaixadores: e que alem de negociarem, com grande opinião de santidade, negociaram com grande prudencia”, Freitas, *Memorias de Braga*, vol. III, pp. 69-70.

Após mais uma série de percalços e dificuldades, acabam por estacionar a uma légua da cidade de Maxed aonde recebem autorização do Xá para entrar em 4 de Setembro de 1602. O soberano enviou uma comitiva formada por membros da sua corte para junto dos frades; a abri-la encontrava-se outro europeu, Robert Shirley, que, nas palavras de Gouveia, teria então cerca de 20 anos e que habitaria junto dos persas há já cerca de quatro anos.

No dia seguinte a comitiva portuguesa foi, finalmente, recebida pelo Xá numa “varanda muyto grãde feita em quadro, que quasi tinha a semelhança de Claustro dos nossos Conuentos. Estaua toda a varanda entapiçada, de muy grandes, & ricas alcatifas, & de hũa parte, & da outra estauam por ordem todos os Capitães, Soltões, & grandes de sua Corte assentados, conforme a seu costume, tãtos em multidam, que sendo as ordens dos assentos duas, enchiam os quatro ângulos da varanda”.²¹ Os frades “aparelharam-se com diligência” levando a carta de D. Filipe III e o presente reunido em Goa por Aires de Saldanha. Para descontentamento de Gouveia o “mouro” que os acompanhava deu tanta (ou mais) importância ao presente que à carta: “tomarão todas as peças hũa, & hũa, & como as mais dellas erão cousas da China douradas”.²² Ainda que o não entendesse, Gouveia dá-nos nesta descrição elementos preciosos para perceber a dinâmica e a importância dos presentes diplomáticos no contexto das relações com a corte safávida.

Lembre-mos que o Xá andava em campanhas militares pelo seu extenso território e que, por isso, “improvisava” salas de recepção para receber os dignitários que iam ao seu alcance. Com improvisação não queremos dizer descuido ou menor solenidade áulica. À semelhança do que acontecia em Portugal, a corte safávida era onde o soberano estava e toda a solenidade do lugar do Xá se deslocava com ele. Por outro lado, todos os seus cortesãos eram também combatentes e por isso acompanhavam-no nas suas deslocações e nas suas audiências, como aliás Gouveia (sem com isso perceber a sua orgânica) refere. Por fim, não haviam sido poupados esforços no aparato decorativo e riqueza dos objectos que engalanavam a varanda, conforme nos informa o impressionado (ainda que severo na descrição) frei António.

Assim, o local onde a comitiva dos três frades agostinhos foi recebida era o que mais alta dignidade lhes conferiria, afinal, haviam conseguido uma conferência com ‘Abbas. E para isso muito haviam contribuído o arcebispo e o vice-rei de Goa.

A carta de D. Filipe III chegara a Goa com a urgência dos negócios reais mas sem qualquer presente. Foram D. frei Aleixo e Aires de Saldanha quem se apercebeu da importância da comitiva e do saguate que se lhe devia juntar. A constituição do pre-

²¹ Gouveia, *Relaçam*, f. 46 v.

²² Gouveia, *Relaçam*, f. 46.

sente, a que adiante voltaremos, tinha sido pensada e reunida em Goa, nos inúmeros mercados e nas oficinas artísticas de que a cidade dispunha.

Gouveia não o percebe, mas fora a atenção cuidada que o emissário do Xá ao acampamento agostinho dera aos objectos que lhe facilitara a abertura da porta da corte safávida.

Voltando por ora à narrativa de frei António Gouveia, somos encaminhados para a sala de audiência e o beija-mão ao Xá. Esta solenidade causou natural espanto entre os senhores persas que acompanhavam o seu soberano, já que o costume local era o de beijar o pé.²³ A oriente, o corpo dos soberanos era tido como sagrado e proscrito ao toque humano. As excepções eram regidas pela etiqueta mais severa e asseguravam uma grande honra àquele que era por elas contemplado.

Por fim o Xá recebeu a carta de D. Filipe III, ao que se seguiu o momento da entrega dos presentes, uma elaborada parada que se desenrolou em frente da corte persa. Uma a uma as ricas oferendas desfilaram numa cadência teatralmente encenada destinada a prolongar o efeito e impressão por ela causada.

Infelizmente, Gouveia não nos dá a composição do presente mas afirma ser constituído em grande parte por “cousas da China douradas”. Esta designação, geograficamente ambígua, refere-se normalmente a peças de mobiliário (de menor ou maior dimensão, podendo incluir escritórios e ventós²⁴ ou taças e polvorinhos) lacadas e douradas. O equívoco geográfico verifica-se tanto quanto ao local de origem de fabrico – os objectos não eram necessariamente originais da China (e de que China?) mas sim adquiridos num porto situado em território chinês ou, ainda, “China” designava um vasto território que corresponde grosso modo ao espaço que hoje chamamos de Ásia Oriental – quanto ao local de compra da peça, neste caso específico, mais que certamente contraído no babilónico e profícuo mercado goês na afamada Rua Direita da cidade ou directamente nas naus que chegavam à barra do rio.

A excepção na narrativa de Gouveia quanto à enumeração dos itens do presente verifica-se aquando da curta conversa entre os agostinhos (outro privilégio mal afechado pelos frades) e o Xá, na qual lhe são oferecidos os objectos enviados por D. frei Aleixo de Meneses: um livro “riquissimamente encadernado, em que estava estampada toda a vida de Christo” e “alguns retábulos”.²⁵ Também parco na descrição,

²³ E veja-se a este propósito a forma como frei António relata o episódio e a percepção que dele tem em Gouveia, *Relaçam*, f. 46 v. As suas palavras revelam a total impreparação que esta comitiva (e outras) tinha e o desconhecimento sobre a etiqueta e hierarquia safávida e, sem disso ter noção, a tolerância que ‘Abbas demonstrara nesse evento.

²⁴ Ou bentó; escritório de pequenas dimensões, portátil e com a porta a abrir para o lado.

²⁵ Gouveia, *Relaçam*, f. 47.

ficamos sem saber de que livro se tratava – a *Bíblia Poliglota* (Antuérpia, 1567-1572), a *Vida de Cristo* de Montanus (Antuérpia, 1573-1574) ou a *História do Evangelho* de Jerónimo Nadal (Antuérpia, 1593) – e como eram realmente os retábulos, ainda que quer pela natureza do móvel quer pelo tipo de pintura que a ele estava associada, se possa colocar a hipótese de se tratar de retábulos com motivos cristãos pintado à “europeia” – nos temas e nas técnicas –, possivelmente, numa oficina goesa de pintura e não encomendado directamente na Europa, já que exigia tempo (que não havia, uma vez que a carta viera na última nau que aportara e devia seguir sem demoras para o seu destinatário) e era bem mais dispendioso.

O Xá, que planeava o seu próximo passo, manteve os frades perto de si e convidou-os a acompanhar a comitiva real na jornada para Ispaão. A viagem foi rica em acontecimentos, diligentemente relatados por Gouveia na sua crónica. Dois deles têm particular relevância para o tema que aqui abordamos. No dia 4 de Outubro à tarde, o Xá mandou chamar os agostinhos à sua tenda para lhes mostrar que preparava um presente para enviar a Alexandre, rei da Geórgia. Entre os objectos que enviava ao vizinho, incluiu algumas “peças das que o vice-rei lhe havia mandado”;²⁶ no outro, pouco depois de passarem pela cidade de Caxam (Kashan), o Xá perguntara aos frades se algum deles levava consigo um crucifixo. Logo frei Cristóvão mostrou uma cruz “cheia de relíquias” que o soberano pendurou ao pescoço e “como a Cabaia que leuava vestida fosse de Tella cramisim, & A Cruz de hum cobre preto de Iapaõ, & não muyto pequena, podia ser vista de todo o que pusesse os olhos nelle (ainda hoje trás esta Cruz no braço escondida)”.²⁷

Estes episódios são relevantes por mencionarem objectos artísticos de diferentes proveniências, empregando materiais diversificados, reproduzindo formas e entendimentos outros que não os europeus e/ou cristãos. Trata-se de objectos maioritariamente produzidos na esfera de influência do império português e com uma extensa variedade nos locais de origem do fabrico. Levados pela comitiva portuguesa, circulavam nas cidades persas, foram mostrados e apreciados na corte safávida e agora iam a caminho da Geórgia.

Nas palavras de Gouveia, o Xá demonstrara dar “pouca fé”²⁸ ao presente que os agostinhos lhe levaram. A atitude podia ter sido estudada pelo soberano para não dar

²⁶ Gouveia, *Relaçam*, f. 53. Sobre a prática da “reciclagem de presentes” na corte safávida veja-se Marianna Shreve Simpson, “The Morgan Bible and the Giving of Religious Gifts between Iran and Europe / Europe and Iran during the Reign of Shah ‘Abbas I”, in *Between the picture and the world: Manuscript studies from the index of Christian art, in honor of John Plummer*, ed. Colum Hourihane (Princeton NJ, 2005), pp. 139-150 (p. 146). Agradeço a John M. Flannery ter-me indicado este artigo e a sua generosa disponibilização.

²⁷ Gouveia, *Relaçam*, f. 59v. A fantasiosa e ardente descrição que Gouveia faz do Xá persa um quase cripto-cristão, disposto à apostasia e a encaminhar o seu povo para a religião cristã.

²⁸ Gouveia, *Relaçam*, f. 47.

demasiada importância à embaixada dos frades mas, mesmo que não saibamos exactamente quais, considerou alguns dos presentes suficientemente relevantes para os encaminhar para o reino vizinho. Ainda que entre os europeus a relevância do presente pudesse ser mal percebida, o mesmo não se passava entre os soberanos do Médio Oriente e da Ásia do Sul. O presente que ‘Abbas enviava ao seu congénere georgiano era pensado e avaliado com o peso das consequências políticas e militares que poderia desencadear.

Por exemplo, pela mesma altura os safávidas esforçavam-se por agradar aos czares com quem pretendiam forjar uma aliança para combater os Turcos Otomanos. Estes últimos, por seu lado, também investiam na corte russa, pretendendo desencorajar uma aliança com os Polacos. Ambos ofereciam ao czar prodigiosos presentes com os quais almejavam impressionar e lisonjear o governante, ao mesmo tempo que procuravam assim beneficiar as negociações entre ambas as partes. Entre os luxuosos presentes que persas e turcos ofereciam aos russos encontravam-se têxteis raros (sedas opulentas, veludos, luxuosos tapetes), armas encastradas de jóias (escudos, capacetes e selas encastradas, armas de aparato, punhais com as bainhas cobertas de jóias) e arreios luxuosos (como por exemplo, um par de estribos cobertos por ouro, rubis e esmeraldas).²⁹ A intenção de agradar é constante e visível. O mesmo se passaria quanto ao monarca georgiano e seria interessante saber com precisão que presentes foram esses e de que maneira foram recebidos na Geórgia.

1604

Na sequência da embaixada de 1602 e da resposta do Xá ‘Abbas, realizou-se outra missão diplomática, confiada desta vez a Luís Pereira de Lacerda.³⁰

A documentação e crónicas narram uma série de peripécias à volta do retorno de Husein Ali Beg a Goa em trânsito para a Pérsia e sobre a chegada à mesma cidade de Luís Pereira de Lacerda, mas um dado é particularmente relevante para o tema que aqui abordamos. Quando o rei ordena ao vice-rei Aires de Saldanha que envie sem demora o embaixador por si escolhido à corte do Xá, recomenda que o mesmo seja acompanhado por dois religiosos que teriam que ser, sem margem para dúvida, agos-

²⁹ Sobre este assunto ver o catálogo *The Tsars and the East: Gifts from Turkey and Iran in the Moscow Kremlin*, ed. Alexy K. Levykin (Washington D.C., 2009). Agradeço a Elio Brancaforte a generosa disponibilização do catálogo.

³⁰ Para além das já de si complexas relações entre cristãos e muçulmanos, havia ainda que ter em conta com as não menos complexas e tensas relações diplomáticas e jogos de poder entre os diferentes reinos europeus e, particularmente, entre os Habsburgo e o papa Clemente VIII. Assim, em 1604, para além da embaixada de D. Filipe III partia, também, uma embaixada papal encaçada por carmelitas descalços com o objectivo de serem recebidos por ‘Abbas I.

tinhas, mesmo depois de os jesuítas terem movido influências na corte filipina para assegurar que fossem seus os enviados à Pérsia.

O provincial em Goa, com a aprovação de D. frei Aleixo de Meneses, nomeou os frades Belchior dos Anjos e Guilherme de Santo Agostinho (ou de Jesus). Lacerda e os dois agostinhos partiram de Goa no dia 14 de Fevereiro de 1604 em companhia do padre Diogo de Santa Ana que se havia oferecido para ir ajudar os irmãos em Ispão. Chegaram a Ormuz no dia 22 de Abril e partiram para a capital do Xá.

Esta embaixada foi já pormenorizadamente descrita e analisada por Roberto Gulbenkian³¹ mas para o assunto que aqui tratamos, importa referir que o soberano português depositava nesta altura grandes esperanças na missão agostinha na Pérsia e, querendo criar condições mais favoráveis para a sua proliferação, havia concedido verbas para manutenção dos frades.³² Este sentimento rapidamente se esboroaria – demonstrando o pragmatismo e agudo sentido político do soberano, ao contrário do que acontecia com os iludidos agostinhos – como se pode ver no relato dos acontecimentos descritos por Roberto Gulbenkian.³³

Por esta altura era fundamental perceber que o jogo de poderes se alterava inelutavelmente. Ingleses e Holandeses acossavam cada vez mais as costas sob domínio português e Madrid sabia-o. Por outro lado, já só os agostinhos acreditavam que a Pérsia era “coisa deles”. Primeiro os jesuítas e agora os carmelitas e depois os capuchinhos insinuavam-se na corte papal para agir como embaixadores do Vigário de Roma junto do poderoso Xá. Encetando demoradas e complicadas deslocações por terra, atingiam a Pérsia através dos reinos da Geórgia e da Arménia, forjando pelo caminho algumas alianças ou aumentando o escol de mártires para cada uma das ordens quando as coisas corriam menos bem. Fosse qual fosse o desfecho final, ambas as hipóteses agradavam aos frades que continuavam a ver na Pérsia e nos reinos vizinhos, campo imenso para a missionação, o martírio e a dificuldade, devidamente compensada com o acréscimo de almas ao exército de Deus.

Mais uma vez ‘Abbas encontrava-se fora, em guerra contra os Turcos em território arménio. Esta ausência leva a que a pequena embaixada tenha que se pôr em marcha e ir ao encontro do Xá, numa penosa e demorada viagem que durou de 9 de Agosto de 1604 a 10 de Outubro do mesmo ano. Quando finalmente alcançaram o acampamento do Xá, Luís Pereira de Lacerda, frei Belchior e frei Guilherme receberam um acolhimento favorável e conseguiram entregar a carta e o presente que levavam, recebendo em troca um faustoso banquete de boas-vindas e a benesse do soberano que, nas intenções dos agostinhos, pedia mandassem “mais Religiosos porque as

³¹ Gulbenkian, *L’Ambassade en Perse de Luis Pereira de Lacerda*, pp. 41-48.

³² Hartmann, “The Augustinians in Golden Goa”, p. 110.

³³ Gulbenkian, *L’Ambassade en Perse de Luis Pereira de Lacerda*, pp. 46-48.

Igrejas dos Armenios são muitas, ao que os Padres responderão que a assi vinhão elles”.³⁴

Não obstante o bom acolhimento do Xá e da sua corte, foram enviados para a cidade de Casbim (Qazvin), em 30 de Novembro de 1604, e onde ficaram por mais três meses sem ter notícias de ‘Abbas. Como a pressa de Luís Pereira de Lacerda fosse muita para que o Xá respondesse à carta do seu rei, e ao propósito da sua missão, e para que pudesse iniciar a viagem para Norte ao encontro das comunidades cristãs arménias (conforme vontade expressa pela corte filipina e pelo Xá), Luís Pereira de Lacerda toma uma decisão que terá desencadeado os acontecimentos seguintes e poderá ajudar a explicar as palavras de ‘Abbas transcritas por Bocarro e a que aludi no início deste texto, ou seja, o pedido de “um embaixador, pessoa grande de sua corte”. Lacerda decidiu enviar em pleno rigoroso Inverno o frade Belchior ao Xá, ficando em Casbim com frei Guilherme de Santo Agostinho.

O embaixador falhava em toda a linha; delegava noutro as funções que eram suas, não cumpria com as suas obrigações como súbdito de D. Filipe III³⁵ e abria margem para a animosidade face à afronta feita a ‘Abbas.

O agostinho põe-se a caminho em 10 de Março de 1605 e, ainda que tenha conseguido chegar à fala com o soberano, percebeu bem a exasperação e delongas colocadas por esse à resposta queurgia.

Numa das duas vezes que conferenciou com o safávida, o frade oferece-lhe uma “cadeira de ouro esmaltado que o embaixador lhe mandava a qual tomando a elle na mão perguntou ao Padre se era obra de Veneza, e o Padre lhe respondeo que era obra de Portugal”.³⁶ Isto é, desta feita, o rei enviava um presente, manufacturado em Portugal, para que fosse oferecido e com ele propiciasse um clima de bom entendimento com o Xá persa. Belchior obteve também a tão desejada resposta, sendo-lhe dito que seria nomeado um embaixador persa para a corte filipina.

1608

Em 1608 Portugueses e Persas continuavam a manter relações diplomáticas mais ou menos difusas, procurando um e outro obter o máximo de benefícios para si. Parecendo ambos procurar uma aliança para combater um inimigo comum, a verdade é

que alcançar um acordo revelava-se mais difícil do que parecia e, de facto, havia mais interesses a afastar os soberanos da Ibéria e da Pérsia que a aproximá-los.

D. Filipe III fez chegar a Goa uma carta ordenando que, para além dos agostinhos que habitavam no mosteiro em Ispaão, fossem enviados rapidamente mais dois, de maneira a que pudessem acompanhar o soberano persa nas suas incursões militares para que o “assistissem continuamente”. A instrução real chegou nas naus de Setembro de 1607, altura em que D. frei Aleixo de Meneses governava de facto o Estado da Índia, como consequência da derrota e morte do vice-rei na armada que partira em socorro de Malaca, acossada pelos Holandeses.

O Arcebispo-Governador foi diligentemente falar com o provincial da sua ordem solicitando a nomeação dos dois frades a enviar para Ispaão. Frei António Gouveia foi novamente escolhido, agora para ir na companhia de frei Guilherme de Jesus, também ele homem experiente nesta empreitada já que acompanhara a embaixada de Luís Pereira de Lacerda em 1604.

Repare-se como Filipe insiste (independentemente de quais fossem as suas fontes de informação e da origem dos conselhos que recebia) em usar os agostinhos como meio privilegiado da presença diplomática ibérica na Pérsia – no que não seria, certamente, contrariado por D. frei Aleixo – revelando, contudo, a ignorância perante a disposição do Xá e alguma inépcia para entender o quadro das relações geo-políticas (e culturais) do complexo jogo de xadrez que se jogava nesta vasta fronteira de contacto entre a Europa e a Ásia. Por outro lado, mais uma vez, deixava para o governador a tarefa de reunir um presente.

A situação financeira em Goa era tão má quanto a militar e o arcebispo teve de se socorrer da imaginação para arranjar um presente à altura de tão ilustre missão.³⁷ Gouveia afirma ter sido o bispo forçado a “acrescenta lo com algũas peças que achou por sua casa, ou melhor dizer buscou fora della, porque lhe nam deixam os pobres ter na sua cousa de preço”.³⁸

A saída da barra de Goa foi feita no dia 20 de Fevereiro de 1608 com direcção a Ormuz e depois Ispaão. Desta feita o Xá fez dilatar a data da audiência com os frades Gouveia e Jesus e partiu para outra cidade; o encontro acabou por ser feito durante o percurso, numa das tendas montadas no acampamento.

A escolha das palavras que Gouveia faz para descrever o que se passou nesse encontro com o Xá são, neste ponto da narrativa, menos efusivas e mais cautelosas que

³⁴ Hartmann, “The Augustinians in Golden Goa”, p. 112.

³⁵ Para o desenvolvimento desta questão e o desagrado demonstrado pelo rei, veja-se Gulbenkian, *L’Ambassade en Perse de Luis Pereira de Lacerda*, pp. 44-48.

³⁶ Hartmann, “The Augustinians in Golden Goa”, p. 117.

³⁷ Sobre este assunto veja-se, Pinto, “Notas para o estudo do mecenato de D. Frei Aleixo de Meneses”, pp. 279-309.

³⁸ Gouveia, *Relaçam*, f. 171.

as que encontramos no primeiro livro do seu relato. Com efeito, não obstante as constantes menções às provas de alegria por o ver e respeito pela religião que professava demonstradas por 'Abbas, percebe-se pelo discurso que o frade tem consciência de que se encontra numa posição mais delicada, que o soberano tem menos disponibilidade para o ouvir, que as cartas e palavras de apreço e amizade de Filipe são-lhe menos urgentes e importantes.

Gouveia lá consegue ler a carta, mas 'Abbas faz-lhe saber que "sobre ela tratariam com mais vagar" e é já despedindo-se que o frade lhe diz trazer outra missiva, desta feita escrita por D. frei Aleixo de Meneses. Passariam mais alguns dias até que o Xá o voltasse a chamar à sua presença. O criado que avisou os frades da vontade do soberano e informou-os também de que poderiam levar com eles o presente do Arcebispo. Em que consistia então este presente que tanto trabalho dera ao arcebispo reunir?

Era ele "uma baixela de prata lavrada de bastiões, com todo o mais serviço, todo dourado, cousa que na Persia nam usam polo nam saberem fazer, algumas garrafas, e frascos da mesma matéria, mas lavrados todos na China obra de relevo, e de muito feitio. Alguns Biobos da China, e Japão que foram os primeiros que tinham entrado na Persia, e como tais muito estimados, particularmente do Xá, que é mui afeiçoado à pintura, hum escritório de prata de não menos curiosidade que preço, as gavetas cheias de âmbar, e dalgumas jóias douro guarnecidas de esmeraldas, e rubis pequenos. Hum copo de Abada guarnecido de pedraria. Muitos outros brincos assim de Hespanha, como da China, de mais curiosidade quer preço, mas que eu tinha buscado porque entendia, que ainda que valiam pouco entre nós não haviam de ser pouco estimados do Xá".³⁹

Cada um destes objectos, comprados também no mercado de Goa e reveladores da imensa e variada produção artística no império português, foi cuidadosamente escolhido para agradar ao Persa. É provável que fosse menos deslumbrante que outros que o soberano já tivesse visto, mas incluía peças (como Gouveia fez questão de salientar) que não eram comuns na Pérsia, que seriam mesmo vistas pela primeira vez pelo Xá, e isso conferia valor acrescentado ao presente, mesmo que não fosse monetário.

"Assi quando lhe apresentamos estas cousas, quasi todas teve em suas mãos notando o artificio de cada uma, e manifestando quanto desejava ter em suas terras oficiais que lhe pudessem fazer semelhantes obras".⁴⁰ Biombos chineses e japoneses, pintados para prazer do Xá, cofres lavrados em filigrana nas oficinas dos ourives goeses, faziam parte deste conjunto de objectos que agradaram sobremaneira ao soberano, a

ponto de querer importar artífices que dominassem as técnicas e colocá-los a trabalhar nas oficinas régias.

Sabemos pouco sobre o impacto que estes objectos levados pelas embaixadas agostinhas à Pérsia tiveram na arte local. O Museu Arménio de Vank Ispahan (Museu Arménio Cristão em Ispão) ainda hoje guarda o que restou do espólio dos conventos e casas religiosas cristãs no Irão. Nele, encontramos peças inequivocamente pertencentes ao universo artístico do designado "indo-português". Mas, até que ponto, essa arte híbrida agradava à corte persa e foi, ou não, replicada ou recontextualizada pela produção artística local?

Sabemos, por exemplo, que 'Abbas era um grande apreciador de pintura "à europeia", como adiante veremos, e frei António Gouveia menciona a certo passo da sua *Relação* ter visto num dos teares da cidade de Iesda "estarse tecendo hũa peça de Brocado cramisim, na qual estauam as imagens da Virgem nossa Senhora com seu benditissimo filho nos braços, tecidas assi por mandado particular do mesmo Rey".⁴¹ Tratar-se-ia de uma má interpretação iconográfica de Gouveia, de um ícone ortodoxo, de um motivo católico?

Em 31 de Dezembro de 1610, D. frei Aleixo de Meneses embarcou nas naus de regresso a Lisboa e novas personagens tomavam o palco do poder. Por outro lado, o Xá 'Abbas cansava-se da conversa e vontades dos frades e fazia saber na corte em Madrid que queria, como atrás vimos, por embaixador, um de entre os seus pares. D. Filipe III fez-lhe a vontade, enviando D. García de Silva y Figueroa.⁴²

A embaixada de D. García de Silva y Figueroa

Em pano de fundo para a realização desta, bem como de anteriores embaixadas, estava a necessidade de forjar uma aliança estratégica, diplomática e militar com os Safávidas que garantisse a colocação de um travão à expansão do poderoso império Otomano, que assolava ambas as fronteiras: na Europa, a Leste; e, na Pérsia, a Oeste e a Norte. Mas os tempos haviam mudado, e se é certo que as embaixadas patrocinadas por D. frei Aleixo de Meneses tinham, também, propósitos de expansão missionária e proselitismo religioso, tal como a embaixada de D. García, procuravam obter vantagens na comercialização da seda e a possibilidade de restituição de territórios reconquistados aos Portugueses pelos exércitos do Xá. Todavia, quando o nobre castelhano chegou à Pérsia, 'Abbas I era um absoluto vencedor que não necessitava de qualquer aliança com as cortes europeias.

⁴¹ Gouveia, *Relaçam*, f. 34 v.

⁴² Sobre este assunto ver Luis Gil Fernández, *La embajada al Shah Abbas de Don García de Silva y Figueroa*, in www.lenguapersa.com/Articulos/LuisGil.htm

³⁹ Gouveia, *Relaçam*, ff. 176v e 177.

⁴⁰ Gouveia, *Relaçam*, f. 177.

Tendo sido nomeado embaixador à corte do Xá em 1612 e tendo partido de Lisboa em 8 de Abril de 1614, só após sete meses chegaria a Goa, em 6 de Novembro, aí ficando até Março de 1617 e, a crer nas suas palavras, “sin poder acabar con el Virrey que le despachase”.⁴³ A viagem fora longa, a chegada pouco auspiciosa e o papel que lhe cabia não sendo à partida fácil, acabou por se revelar ainda mais problemático, levantando todo o tipo de obstáculos pessoais, clientelares, políticos e diplomáticos possíveis de imaginar. Afinal tratava-se de uma ingerência directa da Coroa nos negócios da Índia, que não tinha em conta as características (e pretendia mesmo quebrar as regras até então seguidas) dos grupos responsáveis pelos anteriores contactos (nomeadamente o facto de terem sido religiosos, e agostinhos, que respondiam à Província de Portugal) e que era encabeçada por alguém demasiado próximo de Madrid.

D. García encontrou em Goa um forte azedume contra a sua pessoa, contra a sua missão e contra o facto de ter contacto epistolar directo com o rei. Mas a sua personalidade e o seu estatuto de nobre espanhol também não o ajudaram a lidar com as situações mais difíceis que encontrou no trato e no funcionamento das instituições.

Suficientemente conhecedor da vida (tinha então cerca de 65 anos) para saber que iria lidar com homens dispostos a preservar o seu *status quo* num ambiente particularmente sensível, não foi capaz de se posicionar de forma a trazê-los (ou pelo menos a algum deles) para o seu campo. Nos dois anos e alguns meses que esteve no Estado da Índia, D. García sentiu-se alvo de uma evidente má vontade política por parte do da cidade de Goa, do seu vice-rei e do seu Conselho, do Arcebispo D. frei Cristóvão de Lisboa e demais nobres goeses; do Capitão de Ormuz, D. Luís da Gama.

D. García chegou a Ormuz no dia 8 de Maio de 1617. O Xá encontrava-se em campanhas militares, tendo deixado ordens para que o embaixador do rei fosse recebido conforme a sua dignidade. Assim, o nobre castelhano passou o Inverno em Xiraz alojado num sumptuoso palácio com jardim e aí recebeu as instruções para partir, finalmente, ao encontro do Xá nos arredores da cidade de Qazvin, onde chegou em 15 de Julho de 1618.

Instalado, D. García começou logo, pessoalmente, os preparativos para a entrada na cidade. Tratou de enviar os numerosos camelos, que tinham sido pedidos aquando da chegada a Ormuz, as restantes bestas (no total fariam mais de quinhentos animais) e toda a parafernália necessária ao espectáculo que se adivinhava. A seguir, forneceu a

⁴³ *Comentarios de D. García de Silva y Figueroa de la embajada que de parte del rey de España don Felipe III hizo al rey Xa Abas de Persia*, ed. Manuel Serrano y Sanz (2 vols., Madrid, 1903-1905), vol. I, p. 222.

todos os seus criados dois ricos librés: um, de veludo cor de amora com passamanaria dourada e prateada, e com o qual entraram na cidade nesse dia; o outro, de veludo verde com ricos bordados dourados, para o dia em que se apresentasse o presente. Para além disto, deu-lhes ainda correias de ouro e muito ricas plumas.

Entretanto, pôs-se a caminho, levando consigo oito pajens, oito lacaios, um cavaleiro, um mordomo, um mestre-sala, um capelão, um frade agostinho e todos os criados por quem um Grande de Espanha se poderia fazer acompanhar, todos a cavalo (fariam mais de cinquenta), “yendo delante vna litera o vso de España, com dos camellos muy rica, en que el Embaxador caminaua de noche: y vn palanquin en ombros de hombres, a vso de la India”, no que terá constituído um impressionante e aparatoso desfile solene que, apresentando-se na Pérsia, reunia etiquetas espanholas e goesas.⁴⁴ D. García ia montado num esplêndido cavalo e vestido de forma magnífica, num fato rosa seco com uma correia de ouro e a banda do chapéu feita de diamantes “que con el parecian estrellas”.⁴⁵

A recepção ao embaixador foi de gala – ‘Abbas enviara todos os “Grandes de la Corte” montados a cavalo para acolher a comitiva espanhola, fora a quantidade de gente a pé que saíra para ver o lustroso cortejo – e calorosa e o Xá fez a sua aparição, sozinho, já no palácio do governador de Qasim, trajando uma “vna cabaya colorada, toca [sic] verde, y plumas al vso Persiano, que de ordinário son plumas de grullas, dos o três no mas, encaxadas en vn cañutillo de oro com vnas piedras adornado”.⁴⁶

Preocupado em entregar a carta de D. Filipe III, D. García não terá tido capacidade para apreender o privilégio que ‘Abbas lhe concedia, caminhando “mas de treinta y

⁴⁴ Hernando de Moraga, *Relacion breve de la embaxada y presente que la Magestad del Rey don Felipe Tercero Rey de las Españas, y Emperador del Nuevo mundo, hizo a Xaabay Rey de Persia clarissimo: la qual Embaxada dio Don García de Silva y Figueroa su Embaxador, el año pasado de 1618. Años, hecha por fray Hernando Moraga, Custodio de la Prouincia de San Gregorio de Filipinas, que se halló presente en la Corte del Persiano y vio la dicha embaxada y presente: auiedo venido de Manila, a Malaca Azilan, Oromuz, Persia, Babilonia, y pasado por el desierto de Arabia, Assyria, Tripoli, y de allí a Chipre, Candia, Malta, Francia y llegó a esta Corte este presente año de 1619. A 30. de enero y fue bien recebido de su magestad por cuyo mandado hizo esta relación: y otra de su viage, cosa maravillosa y digna de saberse* (Sevilha, 1619), f. 2v. O texto de Moraga foi usado como referência em J. Givanel Mas, “Tres relaciones históricas”, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, 77 (1920), pp. 68-74; e em Florencio del Niño Jesús, *En Persia (1608-1624): Su fundación, sus embajadas, su apostolado* (Pamplona, 1930), pp. 105-113, que serviu de base aos compiladores de *A Chronicle of the Carmelites in Persia*.

⁴⁵ Moraga, *Relacion breve de la embaxada*, f. 2v. Todavia, nos seus *Comentarios*, D. García deixa transparecer algum desconforto, senão enfado, pela situação: “tanbien él [D. García] fue com hábito diferente de lo que su edad y gusto pedia”. *Comentarios*, vol. II, p. 79.

⁴⁶ Moraga, *Relacion breve de la embaxada*, f. 2.

cinco passos hasta llegar” ao embaixador, deixando-o beijar-lhe a mão, passeando e ceando a seu lado. Neste encontro, D. García teve ocasião de se aperceber da ostentação e pompa praticadas na corte persa: fora recebido às portas da cidade com as maiores honras, tivera uma conversa privada exploratória com o Xá sobre a política europeia, fora recebido, tal como os frades agostinhos anos antes, numa sala decorada com “vnas alcatifas de seda y oro” e servido em “garrafas de oro, de vino, y algunas de agua [...] y las copas en que se beue son como taças, a modo de barquettes aoados muy pesadas y poco hondas”.⁴⁷

No dia seguinte, logo pela manhã, ‘Abbas mandara saber do número de pajens e meninos necessário para transportar as peças que compunham a sumptuosa oferta uma vez que era uso na sua corte, como já vimos, que cada presente fosse carregado por apenas uma pessoa. Perante o resultado das contas apresentadas pelo Aposentador do Xá, de seiscentas pessoas para desfilar o presente frente ao soberano e sua corte (o relato de Hernando Moraga escreve quatrocentas e o de Pietro della Valle,⁴⁸ quinhentas), D. García tenta despachar o assunto, insistindo para que as coisas “las cosas menuadas se lleuasen juntas porque parezian mejor”.⁴⁹

Não deixa de ser interessante verificar que os três relatos coevos do acontecimento⁵⁰ enalteçam a riqueza e encenação na entrega do presente, enquanto o relato do embaixador apenas reflecta que tudo fizera para despachar o assunto e não exagerar na apresentação do mesmo. Todavia, recorde-se que também frei António de Gouveia, sujeito à mesma etiqueta anos antes, manifestara o seu desagrado por tal cerimónia.

Finalmente, o Xá encontrava um interlocutor à altura; pelo menos, no que dizia respeito à quantidade de animais utilizados nas caravanas carregadas de presentes, na atenção que colocava na preparação da cerimónia, no cuidado com que respeitara as precedências e a etiqueta. Ou antes, alguma etiqueta áulica, já que o nobre castelhano não consegue evitar os equívocos culturais e “todas las vezes que le hablaua, o le respondia [ao Xá] se quitaua el sombrero, y acabando se le ponía”,⁵¹ revelando o desconhecimento pelo exclusivo privilégio real de tirar o turbante (no caso de Figueroa, o chapéu) em público.

⁴⁷ Moraga, *Relacion breve de la embaxada*, f. 2.

⁴⁸ Pietro della Valle, *Viaggi di Pietro della Valle il Pellegrino* (4 vols., Veneza, 1667), vol. II, pp. 403-404 [p. 403].

⁴⁹ *Comentarios*, vol. II, p. 82.

⁵⁰ A narrativa de Moraga, o texto de Pietro della Valle e a *Relacion de como el Rey de Persia reciuio em embaxador y de outra vez que buscandole se encontro com el en vna calle y dellas piezas del presente* (que menciona oitocentos homens e meninos como a soma necessária para transportar o presente), Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Cod. 580, ff. 54v a 63v (f. 54v). Infelizmente, este documento encontra-se truncado exactamente nos fólhos que descreviam o presente (ff. 55 a 56v).

⁵¹ Moraga, *Relacion breve de la embaxada*, f. 2.

O presente de D. Filipe III para o Xá ‘Abbas I

A questão do presente, e da sua composição, é fundamental para os propósitos deste texto, mesmo que os documentos e narrativas descritivas não coincidam absolutamente umas com as outras. Nas palavras do embaixador, “todo [foi entregue] conforme á la memoria que desde España se traía”.⁵²

Considero que as duas fontes mais abrangentes e seguras, até por coincidirem no essencial, são a carta de 1614 transcrita nos *Documentos Remetidos da Índia* e as págs. 82 e 83 dos *Comentarios*.⁵³ Ora, qual é a descrição que D. García nos dá da composição do presente? Sigamos as palavras escritas nos *Comentarios*: “que eran muchas piezas de grana y paños finos, felpas y rasos de oro de diuersas colores, rrasos; otros de primaveras de Italia, vnas grandes, fuentes y aguamaniles de plata dorada, un gran brasero y bufete de plata, un baul con setenta piezas de plata dorada, en que auia todo el serviço cumplido de una mesa, para lleuar de camino ó quando se fuese á caça, seis vasos muy hermosos de oro y cristal y otros dos de oro; una espada y daga con las guarniciones y adereço de talavartes de oro, un cofrezillo de plata blanca y dorada, labrado curiosamente de figuras de relieue, en que auia veinte y tres cadenas de oro esmaltadas, las diez dellas con grandes joyeles de muy finas esmeraldas y algunas perlas por pendientes en ellos; ocho sortijas de esmeraldas grandes, quatro jaezes de gínetas de oro y plata, bordadas las mochilas de lo mesmo; seis jacos de malla jaçerina, çinquenta cañones de arcabuzes, otros çinquenta arcabuzes con sus caxas de atauxia de oro, labrados los cañones, que eran largos y para caça, con sus llaues de rrueda de la mesma atauxia de oro, y con fundas bordadas de oro de cañutillo, con algunas pistolas y medios mosquetes para guerra, guarneçidas las caxas y frascos con mucho primor. Sin esto uenian çien arrouas de azero, una caxa muy grande llena de toda suerte de herramientas para labrar madera y hierro y para el ministerio de çirurgia, y cinco grandes barriles en que venian treinta arrouas de cochinilla, que es con que se tiñe la finíssima color carmesí, cosa de mucha estima y de las de mayor precio que venian en todo el presente”.⁵⁴

E esta descrição, que revela algumas características da personalidade de D. García – a pouca importância que dá ao cofre de cristal que o rei mandara desempenhar em Milão por saber ter sido encomenda do Xá,⁵⁵ a pressa com que desfila os presentes do rei sem se ater em pormenores descritivos – coincide com o documento escrito

⁵² *Comentarios*, vol. II, p. 82.

⁵³ Ver anexo com quadro com a comparação do presente conforme as fontes históricas.

⁵⁴ *Comentarios*, vol. II, pp. 82-83.

⁵⁵ Talvez por não ter apreciado o gesto do rei, conforme sugestão de Luis Gil Fernández. Cfr. Luis Gil Fernández, *El Imperio luso-español y la Persia safávida* (2 vols., Madrid, 2006-2009), vol. II, p. 314.

em Lisboa por ordem de D. Filipe III, datado de 7 de Março de 1614, para ser entregue ao vice-rei D. Jerónimo de Azevedo, cujo objectivo era livrar os presentes que D. García levava para o Xá de direitos alfandegários, a saber: 500 ducados em esmeraldas em “joiazitas e anéis”; seis peças de cristal guarnecidas a ouro, que valem 2000 ducados; vinte correias de ouro esmaltadas, que valem 2000 ducados; seis caixas grandes de prata com escudo das armas reais, três bacias grandes com três gomis para elas, 5200 ducados; uma braseira em prata, 1800 ducados; uma mesa de prata grande, 1400 ducados; uma espada e uma adaga com as “guarnições e ‘clabazon’ de ouro muito bem esmaltado”, 4000 ducados; um cálice com tampa de ouro com “medalhas dos imperadores” e um “leonzilla” em ouro que “serve de jarro para ele”, 1400 ducados; um cofre de prata “onde vão as cadeias e as joiazitas de esmeraldas”, 400 ducados; quatro jaezes (adorno para as crinas dos cavalos), 1300 ducados; cem “canhões de arcabuzes” e entre eles “oito ou dez” arcabuzes dourados e gravados, com as capas bordadas, 1200 ducados; um “ferramenteiro”, 100 ducados; cem arrobas de aço, 400 ducados; nove panos de Segóvia, três de “grana polbo”, nove peças de felpa (tecido que tem pêlo numa das faces, ou seja, veludo), nove de cetim lavrado, três peças de cetim de ouro, 4000 ducados; 4000 ducados de cochonilha.⁵⁶

Ou seja, para compreender a composição do presente, parece-nos que o caminho mais eficaz é aceitar a informação contida neste documento como correcta⁵⁷ – afinal, trata-se de um documento oficial e cujo objectivo era livrar o presente de impostos,

⁵⁶ *Documentos Remettidos da India ou Livros das Monções*, ed. R.A. Bulhão Pato & Antonio da Silva Rego (7 vols., Lisboa, 1880-1975), vol. III, pp. 118-119.

⁵⁷ Já para saber a ordem de entrada dos presentes na cidade e na audiência com o Xá há que seguir o relato de Moraga: primeiro, a espada; vinte e duas cadeias de ouro, ricamente lavradas, com pedras preciosas em cada uma, sendo a maior parte esmeraldas; salvas de ouro com anéis de inestimáveis pedras preciosas (não fornece o número); uma braseira de prata ricamente trabalhada e formosa, muito grande, transportada por oito homens; uma mesa de prata, muito bem trabalhada, aos ombros de seis homens; um cofre dourado contendo um serviço de mesa inteiro para viagem em prata, incluindo candelabros, pratos de cristal, gomis muito ricos e outras ricas peças, transportadas em pares por cada pessoa, seguindo o cofre à frente; um cofre pequeno com coisas de ferro e de aço: facas, tenazes, martelinhos, limas, etc., de todo o género para o rei fabricar, com o era seu hábito, os arcos e armas de guerra; um cofre grande de cristal, ricamente trabalhado com colunas de ouro a alternar com o cristal. O cofre foi transportado num palanque alto por oito homens para que pudesse ser visto por todos; as muitas peças de tecido púrpura e veludo roxo, as couraças de Milão, os morriões (capacetes sem viseira), os arcabuzes muito ricamente trabalhados; e algumas lanças (que eram oferta de D. García e não do rei); mais de trezentos camelos com sacos de pimenta e drogas que o rei mandara apresar na Índia. Por fim, um presente do embaixador, um mastim. Cf. Moraga, *Relacion breve de la embaxada*, f. 3. Para além de misturar alguns dos presentes de D. García com os do rei, designadamente as lanças cingalesas – ver anexo com a comparação do presente –, Hernando Moraga parece tomar por “pimenta e drogas da Índia” a oferta da cochonilha americana. Na sua narrativa não há menção a este tão precioso colorante. Já na documentação enviada e escrita em Goa, há menção à entrada na cochonilha na alfândega e não há registo de que ao presente do rei se acrescentassem mercadorias adquiridas no porto da cidade; ao contrário do que sucedeu com o saguete de D. García que, tirando a pintura, foi todo comprado no mercado local.

em qualquer porto por onde passasse – ainda que a descrição seja muito sumária. Por exemplo, não há menção às peças que comporiam o serviço de mesa portátil (mas estas poderiam estar acondicionadas dentro de uma (ou mais) das seis caixas grandes com armas reais cuja menção, por sua vez, nunca aparece em qualquer dos restantes relatos). Há, também, uma assumida indiferença perante as características dos objectos, que poderia ser explicada pela rotina de um oficial de alfândegas; veja-se, por exemplo, o item “Cien cañones de arcabuzes, y entre ellos ochos ó diez arcabuzes dorados y grabados”,⁵⁸ ou seja, estão a ser enumerados mas ninguém se dá ao trabalho de confirmar qual o número exacto de arcabuzes que são dourados e gravados. Ou a expressão “joyeles de esmeraldas” que outros autores classificam como primorosas e de dimensões assinaláveis.

É verdade que D. García é o mais seco dos três autores dos relatos – referimo-nos aos *Comentarios* de D. García Figueroa, à descrição de Hernando de Moraga (na versão sevilhana de 1619) e à descrição de Pietro della Valle – mas a verdade é que a sua enumeração dos objectos corresponde àquela contida na lista documental de 1614 e, se os textos de Moraga e della Valle são mais coloridos e, particularmente no caso do primeiro, mais atento, são também plenos de opções pessoais e pormenores escolhidos que revelam mais sobre as personalidades de cada um deles (pela escolha que fazem dos objectos aos quais dão mais atenção e pelo relato do bruaá que a passagem ou entrega de cada um deles provocava na assistência e, no caso de della Valle, pautado por opiniões pessoais e apartes sobre o seu conhecimento da pessoa do Xá) que uma atenção de cronista preocupado com a verdade histórica, mesmo que fosse, como sabemos, a dele ou do seu senhor.

Por exemplo, della Valle baralha as peças e as quantidades das mesmas ao escrever que o desfile de sessenta e um criados, que levaram o cofre e o serviço de mesa que guardava, correspondia antes às correias de ouro (que são na ordem das duas dezenas, vinte e duas ou vinte e três, consoante os relatos. No documento dos *Livros das Monções* são vinte).

Por outro lado, Moraga descreve o prazer do Xá quando viu o cofre que mandara fazer em Itália e que perdera devido aos erros cometidos por Robert Shirley, a quem enviara com a encomenda. É o único dos três europeus a dar importância a tal facto, mas a verdade é que provavelmente foi o único dos três interlocutores que assistiu ao acontecimento que, por não ter qualquer preconceito em relação àquela embaixada em si, pôde desfrutar da lustrosa encenação representada para ofuscar. Lembremo-nos que o cofre ia montado num palanque para ser visto em todo o seu esplendor e que, a crer nas palavras de D. García, essa atenção foi devida aos oficiais do Xá, uma vez que o nobre espanhol tinha tentado despachar a entrega do presente da forma mais rápida e simples.

⁵⁸ *Documentos Remettidos da India*, vol. V, p. 119.

Ainda, tanto Moraga quanto della Valle, fazem eco de um boato que não tinha cabimento⁵⁹ e que dizia que a espada trazida no presente era a que o rei usara no casamento (1599) com Margarida de Áustria (1558–1611). Repare-se que, pelo contrário, nem o documento oficial dos *Livros das Monções* nem os *Comentarios* mencionam tal disparate.

Por fim, repare-se nas curiosas coincidências e na interessante opção contida nas narrações de Moraga e della Valle. Ambos baralham os presentes do rei com os presentes oferecidos por D. García (desvendados no fim, conforme a hierarquia) como se, de facto, o espectáculo, certamente por ter sido demorado, cansativo e por não permitir tomar apontamentos, acabasse por conduzir à selecção pessoal dos pontos de interesse de cada um. Ambos colocam as lanças “indianas” no rol de oferendas do rei e cada um deles opta por atribuir ao embaixador a oferta de um presente sendo este diverso em cada um dos textos: Moraga refere-se ao mastim; della Valle narra a apresentação da pintura europeia.

O presente de D. García de Silva y Figueroa para o Xá ‘Abbas I

Mas qual era afinal a constituição do presente do embaixador que, segundo o próprio, o Xá insistira para que fosse apresentado no mesmo dia do do rei? Era formado por “dos retratos de mugeres vestidas y tocadas á la española, que el uno era de la Infanta de España y reina de França [Ana Maria Maurícia de Habsburgo ou Áustria (1601–1666), prometida desde os dez anos ao futuro rei Luís XIII?]; doze picas⁶⁰ de la isla de Seilan com muy fuertes astas y hierros labrados de atauxia de plata; quatro arcabuzes de Seilan de á siete palmos el cañon y de no mucha munición que alcançauan á trezientos pasos de puntería, con muy hermosas caxas y frascos⁶¹ guarneçidos de plata y cadenillas de lo mesmo, otro arcabuz de Seilan del mesmo largor que los otros, pero mucho más grueso, con sus frascos de marfil y dorados, y lo que se podia estimar en más, un grande y ferocissimo alano que lo auia traido de España, de notable generosidad y fortaleza”.⁶²

A grande diferença entre os presentes de D. Filipe III e D. García reside no facto de o primeiro ser constituído por objectos de manufactura ibérica e o segundo misturar pintura e um animal europeus com armaria cingalesa. Ambos procuram agradar o mais possível ao Xá e por isso têm uma grande componente de utensílios para a caça e armas (polvorinhos, espadas, adagas, piques, arcabuzes, canhões, lanças...), algu-

mas de aparato e adornadas por ricas jóias; de arreios para cavalos; de jóias e ouro em quantidade considerável; e um estojo com instrumentos de cirurgia que, pela sua raridade e interesse que o Xá dedicava à medicina, terá sido particularmente apreciado.

O presente real foi reunido com o cuidado de uma embaixada que se queria bem sucedida e com conhecimento da personalidade e interesses de ‘Abbas I. D. García saberia também, ou foi informado em Goa, da curiosidade do soberano safávida pela pintura europeia. Seria interessante perceber qual a razão que levou o nobre castelhano a completar o seu saguate com peças exclusivamente originárias do Ceilão. Teria sido a qualidade do trabalho oficial empregue nos materiais (marfim e metais preciosos) ou as razões são bem mais prosaicas e estas eram tão somente os bens artísticos disponíveis no mercado ou, ainda, que acabara de aportar ao Mandovi uma nau carregada em Colombo?

O retrato da infanta espanhola e rainha de França merece-nos ainda um último comentário. Com esta tela, D. García não se limitava a mostrar a pintura europeia – montada num espaço perspectivado e feita de pinceladas coloridas e em claro-escuro, conferindo ao retratado a aparente tridimensionalidade do real, as características que o subtil pincel do pintor conseguia captar com maior ou menor profundidade e as distintas feições coevas da moda na corte madrilena, dos interiores de aparato, de algum mobiliário que servia discurso simbólicos –, assinalava, sobretudo, a aliança que havia (ou se pretendia que houvesse) entre os dois reinos cristãos (Espanha e França), assim simbolicamente unidos pelo casamento e politicamente apresentados à Pérsia.

Conclusões

No início deste texto coloquei algumas questões quanto ao interesse em abordar comparativamente os esforços na junção dos presentes enviados ao Xá ‘Abbas I, no início da centúria de Seiscentos, pelos agostinhos de Goa e pelo rei D. Filipe III. Subjacente a essas perguntas – se há uma preocupação em agradar especificamente ao presenteado; se há condicionantes regionais e nacionais na escolha dos objectos; se os presentes oferecidos têm um valor absoluto ou não – está o problema da circulação e consumo de objectos artísticos nos vários continentes: Europa, África, Ásia e América.

Se é certo que não podemos tirar conclusões definitivas nem extrapolar aprioristicamente, esta, para outras situações, podemos, não obstante, propor uma série de interpretações interessantes que contribuirão para a compreensão do fluxo e da recepção, de arte produzida no império, na Ibéria e a sua distribuição, em forma de presentes, pelo mundo. A oferta de presentes, designadamente, daqueles constituídos por ob-

⁵⁹ Gil Fernández, *El Imperio Luso-Español*, vol. II, p. 314.

⁶⁰ Piques.

⁶¹ Polvorinhos.

⁶² *Comentarios*, vol. II, p. 83.

jectos provenientes da heterogénea produção no império português, era um hábito enraizado na corte Aviz-Beja.⁶³ E aparentemente esse hábito manteve e multiplicou-se pela sociedade cortesã portuguesa e castelhana.

Pelo que atrás fica escrito, a geografia do local onde o presente era escolhido parece condicionar as origens de produção.⁶⁴ Os presentes enviados por D. frei Aleixo e pelo vice-rei em Goa, foram maioritariamente adquiridos no mercado local e eram, por isso, compostos por objectos oriundos da Índia, China, Japão e outros locais que a documentação não registou (ou não identificou). Isto não implica que se não tivesse cuidado na escolha dos objectos a oferecer ao Xá. Incluíam-se, assim, gravuras e estampas em livros e pintura executada “à europeia” (encomendada em oficinas locais ou retirada aos espólios conventuais), tão do agrado de ‘Abbas. Ofereciam-se peças que “valiam pouco entre nós”, nas palavras de frei António Gouveia, mas que tinham sido incluídas “porque entendia, que [...] não haviam de ser pouco estimados do Xá”.⁶⁵ E a outras peças era conferido um valor extra, fosse pela raridade – como é o caso dos biombos – fosse pela perfeição do trabalho.

Mas o que é mais interessante aferir aqui são dois aspectos de relevância. Por um lado, a conclusão de que os objectos do universo de produção imperial (e, por isso, tendencialmente híbridos) eram olhados pelos europeus na Ásia com o mesmo valor representativo que os objectos de origem europeia. Isto é, quando um presente para oferecer ao Xá era pensado, as razões que se colocavam eram de ordem financeira – qual o custo – e ostentatória – que objectos impressionariam mais o soberano – e não sobre que formas, materiais e técnicas o moldavam. Por outro lado, e como consequência do primeiro aspecto, a circulação destes objectos de produção “colonial” era muito mais fluida e precoce do que podemos à primeira vista imaginar.

Por exemplo, quando frei António Gouveia, a caminho da corte de ‘Abbas em 1602, foi recebido pelo vice-governador de Xiraz, mostrou-lhe um crucifixo que este viu “cô algũa veneraçam”⁶⁶ (não seria antes interesse pelo objecto?). Ainda na mesma cidade, outro episódio com objectos artísticos suscita a atenção: “Acaso tirou hũ dos cõpanheiros de hum Caixão em q[ue] leuauamos o aparelho pera dizer Missa, hũa

imagem de nossa Senhora deuota, & fermosa”.⁶⁷ Ainda que não tenhamos a descrição das peças é possível que se tratasse de um crucifixo, de uma arca, de um oratório portátil ou de uma escultura do universo de produção designado por “indo-português” (ou talvez, se misturassem algumas peças de proveniências europeias com essas outras). A arca – pela natureza da sua função – e o oratório portátil – pelas suas características de fabrico: facilmente transportável e de pequena dimensão – têm forte probabilidade de se incluírem na produção artística executada ao longo dos portos e cidades que constituíam o extenso império marítimo e territorial controlado pelos países ibéricos e, igualmente, no circuito de circulação de formas, técnicas e motivos artísticos.

E a geografia e o mercado impõem-se também no presente filipino. Repare-se, por exemplo, na inclusão de panos de Segóvia, a zona têxtil por excelência de Castela e em franco desenvolvimento (e através do presente apostava-se também no investimento na manufactura têxtil nacional) ou na grande quantidade de objectos de prata que são incluídos no lote. Prata que chegava certamente nos galeões que vinham do Novo Mundo e das ricas minas do Potosí. Nada nas narrativas consultadas a propósito da composição do presente nos diz se o metal vinha transformado, provavelmente não. Mas a hipótese de alguma das peças ter sido produzida na América não pode ser peremptoriamente posta de parte e, caso se verificasse, estaríamos perante a circulação de um objecto que fizera a rota de Acapulco, e depois a rota do Cabo e, ainda, atravessara o golfo Pérsico e, por fim, fora transportado em caravana por terra até ao Xá da Pérsia. Em qualquer dos casos, a prata era um metal relativamente raro na Pérsia e, designadamente, no que dizia respeito ao seu uso na mesa. Lembremos a descrição da primeira ceia de ‘Abbas com D. García narrada por Hernando Moraga que escreve, explicitamente “que cosa de plata no vsan [os Persas] en su seruicio de la mesa”.⁶⁸

O valor atribuído aos bens oferecidos deriva em muitos casos das circunstâncias sociais, económicas e culturais coevas. Assim se percebe a inclusão de 4 000 ducados de cochonilha, uma substância rara e de difícil obtenção, proveniente de um insecto, capaz de reproduzir em tinturaria o mais puro e cristalino carmesim. Apesar de existir na Europa, a cochonilha originária da América espanhola conferia a este presente características únicas de grandeza; não havia em toda a Europa outra corte que pudesse oferecer a ‘Abbas a mesma preciosa substância.

O presente de Filipe revela a visão do mundo que é o seu, ou seja, expõe a imensidão do império que governava através das duas coroas, a espanhola e a portuguesa, e a miríade de matérias-primas e produtos que o mesmo, e particularmente a América, forneciam. Mostra também a atenção aos gostos do Xá, acrescentando objectos rela-

⁶³ Veja-se a este propósito os textos de Annemarie Jordan Gschwend em *Encounters: The Meeting of Asia and Europe, 1500–1800*, ed. Anna Jackson & Amim Jaffer (Londres, 2004), pp. 32–41, e na mesma obra “Exotic Animals in Sixteenth-Century Europe”, pp. 42–43. Ver ainda da mesma autora o catálogo da exposição *Ivories from Ceylon* inaugurada no Museu Rietberg em Zurique em Novembro de 2010.

⁶⁴ Sobre este assunto ver, também, Carla Alferes Pinto, “«Presentes goeses» de D. frei Aleixo de Meneses para a Europa e Pérsia: diplomacia e poder”, *Actas do 3.º colóquio de Artes Decorativas: Portugal, a Europa e o Oriente. Circulação de artistas, modelos e obras (Novembro 2009)* (Lisboa, [no prelo]).

⁶⁵ Ver nota 39.

⁶⁶ Gouveia, *Relaçam*, ff. 28v e 29.

⁶⁷ Gouveia, *Relaçam*, f. 29.

⁶⁸ Moraga, *Relacion breve de la embaxada*, f. 2.

cionados com a caça e com o trabalho manual tão do apreço do Safávida.⁶⁹ Esta atenção é reforçada pelo empenho demonstrado pelo resgate do cofre de cristal veneziano penhorado em Milão. Ou seja, se o ponto de partida para a constituição de um presente pode ser a assunção de que nobres e reis, seja em que parte do mundo for, partilham mais ou menos os mesmos gostos e interesses (e, por exemplo, as artes venatórias surgem neste contexto como ponto de união, mas que diferente será caçar javalis ou raposas e leopardos ou elefantes), será conforme se processa o conhecimento de um e outro que se apuram as escolhas no sentido de agradar.

D. Filipe III parece ter sabido agradar. D. García terá merecido outra sorte. É certo que a natureza altiva do nobre espanhol não granjeou entre a corte persa grandes amigos e o resultado da embaixada – sujeita a vicissitudes que escapavam à personalidade do castelhano e entre os quais se colocava a eminente ruptura entre Portugueses e Persas – não foi o melhor.

Mas, pelo menos o seu presente foi apreciado. D. García esmerou-se, é certo, já que no tombo dos bens com que embarca em Lisboa a caminho de Goa, de todos os objectos oferecidos ao Xá, só vem descrito um item: “dez quadros de diferentes pinturas”. Destes, foram oferecidos dois. Os restantes presentes reforçam o que atrás dissemos: a geografia do local onde o presente é composto influencia a escolha do mesmo.

Mas residirá, precisamente na pintura, uma das mais-valias da oferenda. Como atrás dissemos, ‘Abbas gostava de gravura e pintura, não exclusivamente da europeia, mas também. O seu reinado assistiu a inúmeras iniciativas artísticas, entre as quais se destacam a definição do plano urbano de Ispão e a construção de notáveis edifícios na mesma cidade ou o restabelecimento dos ateliers reais de pintura, quer recuperando a ancestral escola de pintura persa quer autonomizando estilos mais contemporâneos quer interpretando a estética europeia introduzida pelo comércio e pela oferta de gravuras.

Há registo de várias passagens que demonstram a importância que ‘Abbas concedia aos pintores e à pintura. Por exemplo, na embaixada que Jahangir enviou à corte da Pérsia em 1613 dirigida por Khan Alam, foi incluído um pintor de nome Bishan Das “who was unequalled in his age for taking likenesses, to take the portraits of the Shah and the chief men of that State and bring them. He [...] especially had taken that of the Shah my brother exceedingly well”.⁷⁰ O Xá pousara para o pintor mogol

⁶⁹ Della Valle, *Viaggi di Pietro della Valle*, vol. II, p. 404.

⁷⁰ Conforme as palavras do próprio imperador mogol, de acordo com a tradução de Alexander Roger & Henry Beveridge, de *The Tūzuk-i-Jahāngīrī, or Memoirs of Jahāngīr* (2 vols., London, 1909-1914), vol. II, p. 107, citado em *A Chronicle of the Carmelites in Persia*, vol. I, p. 285, n. 5.

com agrado e curiosidade, ao mesmo tempo que mantinha na sua corte um pintor originário da Flandres.⁷¹

O impacto na arte persa destes objectos oferecidos pelas embaixadas ibéricas está ainda por fazer.

No catálogo da exposição *The Tsars and the East* argumenta-se que a partir de certa altura os artesãos russos, designadamente os que trabalhavam para a encomenda real, haviam começado a combinar diferentes têxteis e os motivos e formas persas e turcas, importadas pelos presentes, em objectos únicos de produção local que acabariam por “exercer um forte impacto na estética áulica moscovita”. Com o tempo, esta “absorção”⁷² de objectos de proveniência iraniana e otomana no guarda-roupa real (*Grand Attire*), bem como a execução de objectos que adoptavam técnicas e motivos “à turca” e a herança cultural religiosa russa contribuíram para a criação de uma nova estética e etiqueta cerimonial que definiu o estilo imperial russo do século XVII.⁷³

Seria interessante aferir qual a recepção e que interpretações e recontextualizações foram enunciadas na corte persa com a chegada de objectos “à maneira europeia” e de fabrico em contexto imperial ibérico, ou seja, um tipo de produção tendencialmente híbrida nos materiais, formas, tipologia e motivos. A pintura apresenta-se como uma excepção, uma vez que, para além do interesse genuíno que ‘Abbas I dedica a esta plástica, a influência dos artistas europeus e das suas visões não podem deixar de ser uma das imagens que nos vêm à cabeça quando olhamos alguns dos murais que cobrem as paredes do antigo palácio do Xá em Ispão.

⁷¹ “At this audience [datada de Junho de 1621 entre o Xá, o agente comercial inglês da East Indies Company e um carmelita, Frei Vicente] there was present a Flemish painter, whom the king was keeping in order to make use of him: and on this occasion he caused another painter, one of the best in Persia (but much inferior to the Fleming), to come and, order to show off his painter and his art, he drew out from a portfolio various designs on paper, among which was one of the Descent of Christ from the Cross, and another of Shah Tahmasp, great-grandfather of the king, which he kissed, making an inclination of his head”. *A Chronicle of the Carmelites in Persia*, vol. I, p. 254.

⁷² Ver Julian Raby, “Foreword”, in *The Tsars and the East*, pp. viii-ix (p. ix).

⁷³ Ver, ainda, Inna Isidorovna Vishnevskaya, “Eastern treasures of the Russian tsars”, in *The Tsars and the East*, pp. 1-13, e as fichas do catálogo 50 a 64.

Anexo

Quadro comparativo das fontes sobre a composição dos presentes de D. Filipe III e de D. García de Silva y Figueroa

<i>Documentos Remetidos da Índia</i> (ver nota 56): Carta do rei para o vice-rei da Índia, D. Jerónimo de Azevedo, 7 de Março de 1614	<i>Comentarios de D. García de Silva y Figueroa</i> (ver nota 43). 1614–1624	<i>Relacion breve de la embajada</i> (ver nota 44), 1619	Pietro della Valle (ver nota 48). 1667	<i>Década 13ª da Ásia</i> (ver nota 5; descrição do presente: pp. 370-371).
Esmeraldas e “joiazitas e anéis” – 500 ducados;	Grandes jóias de muito finas esmeraldas e algumas pedras como pendentes, 8 anéis de esmeraldas grandes;	Salvas de ouro, com um número incerto de anéis com pedras preciosas;	Algumas jóias;	
6 peças de cristal guarnecidas a ouro – 2000 ducados;	6 vasos muito belos de ouro e cristal;	Um cofre de cristal “ricamente labrado, com colunas de ouro entre peça y peça de cristal, que el Rey de Persia embiò labrar a Italia”;	Vasos de ouro, de prata e de cristal;	Vasos de cristal, cofre de cristal veneziano do Xá da Pérsia;
20 correias de ouro esmaltadas – 2000 ducados;	23 correias de ouro esmaltado, dez delas com jóias;	22 correias de ouro com pedras preciosas e esmeraldas;	1 cofre com 60 correias de “varie opere”, algumas com esmeraldas;	Cadeias de ouro com esmeraldas pendentes;
6 caixas grandes de prata com escudo das armas reais, 3 bacias grandes com 3 gomis para elas – 5200 ducados;	Urnas grandes; 1 baú com 70 peças de prata dourada em que havia todo o serviço completo de mesa para transportar em deslocações ou	1 baú dourado com serviço de mesa em prata e cristal;		Vasos dourados “com obra de bastiões e pratos do mesmo”;

	durante a caça; fontes e gomis de prata dourada;			
1 braseira em prata – 1800 ducados;	1 grande braseira;	1 braseira de prata;		1 braseira de prata;
1 mesa de prata grande – 1400 ducados;	1 grande mesa de prata;	1 mesa de prata;	1 mesa de prata;	
1 espada e 1 adaga com montagem a ouro e esmaltes – 4000 ducados;	1 espada e adaga com as guarnições e adereços de ouro;	Espada;	1 espada com montagem;	1 espada com guarnição a ouro maciço e pedraria;
1 cálice com tampa de ouro com “medalhas dos imperadores” e 1 gomil em ouro – 1400 ducados;	2 vasos de ouro;			
1 cofre de prata “onde vão as cadeias e as joiazitas de esmeraldas” – 400 ducados;	1 cofre de prata branca e dourada, lavrado com figuras de relevo;			
4 jaezes (adorno para as crinas dos cavalos) – 1300 ducados;	4 jaezes de ouro e prata com as sacas bordadas;		Selas e instrumentos para cavalos “à espanhola”;	6 jaezes;
100 “canhões de arcabuzes” e entre eles “8 ou 10” arcabuzes dourados e gravados, com as capas bordadas – 1200 ducados;	6 cotas (jacos) de malha fina, 50 canhões de arcabuzes, 50 arcabuzes com as caixas de “atauxia” de ouro e lavrados nas rodas e fundas a ouro; Pistolas e meios-mosquetes para a guerra, com as caixas guarnecidas;	Coureaças de Milão, morriões [capacete sem viseira], arcabuzes dourados e “bem labrados”;	Arcabuzes, armas guarnecidas a ouro, malhas de aço;	Malhas “jarserinas”, muitos “pistolotes de rodas” todos “clavados e dourados, em suas fundas bordadas de ouro”, espingardas compridas de

				“passarinhar”, “entretalhos de montaria” em suas caixas;
1 “ferramenteiro” – 100 ducados;	1 caixa muito grande cheia de todo o tipo de ferramentas para trabalhar o ferro e a madeira e instrumentos de cirurgia;	1 baú pequeno com coisas de ferro, de aço, talheres, martelos, limas, etc. de todo o género;	Limas, ferramentas de todo o género para trabalhar o ferro.	Todos os ferros para se trabalhar o aço em qualquer arte;
100 arrobas de aço – 400 ducados;	100 arrobas de aço;			Muitas caixas de aço para fazer armas;
9 panos de Segóvia, 3 de “grana polbo”, 9 peças de felpa (veludo), 9 de cetim lavrado, 3 peças de cetim de ouro – 4000 ducados;	Muitas peças de tecido púrpura (grana) e panos finos, felpas (veludo) e cetim de ouro de diversas cores, tecidos matizados de flores (primaveras) de Itália;	Peças de tecido púrpura, veludos roxos;		Peças de pano diferentes e cores “muito finas”, algumas “felpas de veludo de cores”.
4000 ducados de cochonilha.	5 grandes barris em que vinham trinta arrobas de cochonilha.	300 camelos carregados de pimenta e drogas da Índia.		

Presente de D. García de Silva y Figueroa

<i>Documentos Remetidos da Índia</i> (ver nota 56): Carta do rei para o vice-rei da Índia, D. Jerónimo de Azevedo, 7 de Março de 1614	<i>Comentarios de D. García de Silva y Figueroa</i> (ver nota 43). 1614–1624	<i>Relacion breve de la embaxada</i> (ver nota 44), 1619	Pietro della Valle (ver nota 48). 1667	<i>Década 13ª da Ásia</i> (ver nota 5; descrição do presente: pp. 370–371).
10 quadros de diferentes pinturas.	2 retratos de mulheres vestidas e tocadas “à espanhola”;		Alguns retratos, entre os quais o da nova rainha de França;	
	1 mastim;	1 mastim;		
	12 lanças de Ceilão de bom osso e lavrado a prata;	Algumas lanças (que foram incluídas no presente do rei).	Lanças indianas (que foram incluídas no rol de ofertas do rei).	
	4 arcabuzes de Ceilão com 7 palmos de cano e pouca munição mas que acertava a 300 passos de distância com a baina, “frascos” (polvorinhos) e fina cadeia guardados de prata;			
	1 arcabuz de Ceilão semelhante aos anteriores no trabalho mas mais grosso com os “frascos” (polvorinhos) de marfim e dourados.			

At the Royal Court of Shah ‘Abbas I (1589–1629)

WILLEM FLOOR *

In this paper I first define and describe what the term royal court means within the context of Safavid Iran. Second, I provide an overview of the organization of the royal court and briefly describe the tasks of the most important court officials. Third, I take you on a tour to the royal court, from the moment of arrival of an ambassador in the country. Fourth and finally, I discuss the order in the court during an official audience.

Location of the royal court

The royal court in this paper means the place where the shah resided as well as the executive apparatus that executed his decisions and managed his kingdom. You will have noticed that I said ‘place’ and did not write the name of a city, and kept the designation of the shah’s residence vague. I did that on purpose, because, although Shah ‘Abbas had a capital city, Isfahan, it was not his only royal residence. Shah ‘Abbas had many royal palaces to choose from. His forebears had started with Tabriz as capital city in 1501 and then his grandfather had selected Qazvin as his capital city in 1548, both were amply equipped with palaces. In fact, Shah ‘Abbas received Don Garcia in audience in Qazvin, not in Isfahan, where Shah ‘Abbas had relocated the capital in 1598. But he had more royal palaces, for in 1612 he finished building a palatial complex in Ashraf and Farahabad in Mazandaran as his winter capital. These winter residences assumed an importance almost as great as that of the capital, Isfahan. The entire court moved to one of these palaces during the winter months if the shah chose to stay there. Foreign envoys who desired an audience with the shah at such a period had to visit him there.

However, none of them was the royal residence, for Shah ‘Abbas was always on the move. He not only moved from one city to the other, but even if he stayed in Isfahan, e.g., he might not stay in one of the palaces there. Often the shah stayed in the royal pavilion that was pitched in one of the specially laid out gardens outside the

* Independent researcher, Bethesda, USA.